
3º Seminário Ibero-americano

ARQUITETURA e DOCUMENTAÇÃO

A ELITE E SEUS PALACETES: ECLETISMO E MODERNIDADE EM JOÃO PESSOA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

RODRIGUES, ARTUR M. V. (1); MOURA FILHA, MARIA BERTHILDE. (2)

1. Universidade Federal da Paraíba. Departamento de Arquitetura

Cidade Universitária - João Pessoa - PB - Brasil - CEP: 58051-900

arturmvrodrigues@gmail.com

2. Universidade Federal da Paraíba. Departamento de Arquitetura

Cidade Universitária - João Pessoa - PB - Brasil - CEP: 58051-900

berthilde_ufpb@yahoo.com.br

RESUMO

No início do séc. XX a Cidade da Paraíba passava por diversas transformações urbanas, em parte alimentadas pela riqueza gerada pela cultura do algodão, e novos eixos de expansão eram definidos a partir da Rua das Trincheiras, Rua de Tambiá, Avenida João Machado e Praça da Independência. E nessas novas avenidas surgiam as habitações das famílias ricas (produtores e comerciantes de algodão) que acompanhavam o estilo em voga nos maiores centros do país, o ecletismo. Essa tipologia representava nova implantação, distribuição espacial e composição de ornamentos de estilos diferentes caracterizando um novo modo de morar. A pesquisa tem por objetivo analisar e compreender essa arquitetura Eclética produzida a partir de levantamentos documentais e fotográficos, e de dados históricos, e sistematizar esses dados coletados em fichas de caracterização das edificações, visto a falta de informações sobre essa produção local e seu atual risco de desaparecimento por causa das descaracterizações e modificações feitas para adaptar as edificações aos usos comuns do centro da cidade: comércios e serviços.

Palavras-chave: Registro; Arquitetura Residencial; João Pessoa; Ecletismo.

Introdução

A Paraíba possui poucos estudos sobre os estilos arquitetônicos, que caracterizaram o início do século XX e antecederam o Modernismo, a exemplo do que ocorre em outras partes do país, devido desprezo por estes, até os anos 1970, por parte dos institutos responsáveis pela proteção do patrimônio e pesquisadores. O fato acarretou em muitas perdas desses exemplares tanto nos grandes centros - São Paulo e Rio de Janeiro - como em João Pessoa, como também dos arquivos históricos dessa produção. Diante desta problemática, esta pesquisa tem por objetivo um melhor entendimento da produção da arquitetura eclética que marcou o ritmo de desenvolvimento econômico e urbano da capital paraibana, e também se caracteriza emergencial enquanto registro dessa produção devido à especulação imobiliária interessada nos lotes generosos em áreas centrais da cidade, onde tal arquitetura se situa.

Até a metade do século XIX, a capital da Paraíba ainda mantinha sua fisionomia e estrutura urbana herdada do período colonial, dividida entre Cidade Alta e Cidade Baixa. Somente no final da década de 1850, após os projetos de modernização no governo de Beaurepaire Rohan, dois eixos de expansão são definidos na Capital – Tambiá e Trincheiras. Nesses foram produzidos os palacetes com uma nova maneira de morar – em parte resultante dos princípios higienistas da época e dos Códigos de Posturas, em parte do gosto vigente: o ecletismo.

Nos primeiros trinta anos do século XX a Capital se desenvolve rapidamente, por forte influência da boa economia do algodão na época, e o Ecletismo continuou representando a classe alta burguesa e seus novos hábitos que modificavam por influência da imprensa, do teatro, e dos passeios públicos nos coretos das praças. Com um comércio urbano mais desenvolvido, novos materiais de construção se tornavam acessíveis ao tempo em que na primeira década do século XX algumas dessas habitações já possuíam abastecimento d'água e energia elétrica.

Em 1910 a Avenida João Machado foi aberta por causa dos melhoramentos em saneamento e abastecimento d'água e nesse eixo de expansão, um verdadeiro *boulevard* para aquela época, as famílias ricas edificaram seus palacetes no estilo eclético. Em 1920 a Avenida Maximiano de Figueiredo – proposta pelo engenheiro Saturnino de Brito no plano de saneamento e urbanização da Lagoa dos Irerês de 1913 não totalizado por causa da seca de 1915 – fez a ligação entre os bairros de Tambiá e Trincheiras. Ainda na década de vinte, na confluência da Rua do Tambiá com essa nova avenida, foi criada a Praça da Independência, cujo entorno possuía importantes palacetes ecléticos, inclusive o sobrado onde residia o Presidente do estado, João Pessoa.

Assim foi se consolidando, como imagem da cidade daquela época, esta tipologia das grandes casas isoladas dos lotes, cercadas por jardins, com volumes e cobertas mais movimentadas e de refinamento estético nas fachadas. Com os novos arranjos espaciais o acesso principal passou a ser diferenciado, dividindo o pedestre e o automóvel, e esta modificação deu liberdade para o surgimento de halls centrais que distribuem o programa, horizontal e verticalmente.

Perante o objetivo do presente estudo, os palacetes remanescentes são a maior fonte de informações, por vezes única, de um período arquitetônico da Paraíba, que está em lacuna. Reconstituições de plantas antigas (raramente originais), fotografias, relatos de proprietários são outras fontes, talvez mais importantes, do que os poucos dados encontrados nas instituições de preservação, municipal e estadual. Assim, a pesquisa pretende contribuir como

resgate da maneira de morar do início do século XX, nesse breve recorte temporal, em João Pessoa.

Arquitetura Eclética no Brasil

Entre o fim do século XIX e o início do século XX o Brasil passou por grandes modificações políticas, econômicas e sociais que se refletiram em mudanças urbanas e arquitetônicas, visando principalmente, deixar para trás o passado colonial e transformar-se num país moderno, sob o lema republicano: ordem e progresso. Naquele momento, a Europa ditava para o mundo o modelo estético do ecletismo que passou a ser sinônimo de modernidade e progresso, sendo adotado por todos os países que buscavam alcançar tais status. Foi neste contexto que a arquitetura eclética invadiu as cidades brasileiras naquela época.

Sobre o Ecletismo no Brasil, BRUAND (1981) situa que o processo de transição para esta linguagem teve início no final do século XIX, quando a arquitetura do Rio de Janeiro era o padrão a ser seguido, desde que tivera influência da Missão Artística Francesa, que ali atuara no início do século, se expressando através da linguagem neoclássica, em edifícios públicos/administrativos ou nas habitações. O classicismo francês reensinado na Escola de Belas-Artes perdeu foco quando arquitetos como Heitor de Mello negavam-se a reproduzir fielmente o estilo passado, mas apropriavam-se dos elementos deste junto com elementos de outros estilos para compor novos arranjos de leitura plural, eclética afinal. O arquiteto Heitor de Mello foi reconhecido pelo ecletismo empregado em suas obras e foi responsável por grandes projetos da época como a Prefeitura do Rio de Janeiro em 1920, a sede do Jockey Clube em 1912, e do Derby Clube em 1914. Esta linguagem, em associação com outras da época, estaria presente na capital do país até a revolução no ensino de arquitetura na Escola de Belas-Artes, em 1930, quando Lúcio Costa a dirigia.

Em São Paulo, a elite produtora de café seguia o estilo em voga na capital do país, influenciada pelos imigrantes alemães e italianos emergentes na economia paulista que trouxeram consigo novas referências e modos de morar. A miscelânea estética pode ser exemplificada pela mansão Elias Chaves – posteriormente residência do governador do estado – projetada pelo alemão Matheus Haüssler e finalizada pelo italiano Claudio Rossi. Ramos de Azevedo destacou-se por impulsionar mudança no “estilo italianizante” em São Paulo, além de colaborar na produção de vários edifícios emblemáticos paulistas e também de habitações particulares.

Também Giovanni Battista Bianchi projetou algumas mansões luxuosas isoladas por jardins e ocupando quadras inteiras, para famílias importantes como Crespi e Matarazzo, na Avenida Paulista, entre 1912 a 1927. Sempre associado às modificações urbanas e questões higienistas, os palacetes ecléticos eram produzidos em novos bairros e áreas de expansão da cidade. O jornalista Júlio Ribeiro de Freitas descreveu no seu romance “A Carne” o anseio da sociedade paulista em acompanhar o ritmo europeu incorporando elementos em voga distintos nas suas moradias afirmando que se um arquiteto “aceita a escola eclética, sem outro critério para escolher as suas normas a não ser o seu próprio juízo cai no ceticismo artístico, no abandono e desprezo de todos os princípios admitidos”. (FREITAS, 1888, apud SEGAWA, 1999, p.31).

Os principais historiadores da arquitetura brasileira divergem entre si sobre a influência do Ecletismo nessa produção nacional. Enquanto BRUAND (1981) compreende a importância do Ecletismo na arquitetura dos imigrantes em São Paulo e sua influência na arquitetura brasileira – lembrando a origem francesa desse autor, pode-se afirmar que para ele o estilo Eclético é reconhecido por misturar estilos historicistas presentes, de fato, na sua terra natal – SEGAWA (1999), diferentemente, critica o Ecletismo quando afirma que no Brasil o estilo corresponde mais a uma composição estética e formal, do que um revival de estilos passados que não aconteceram no país.

Por sua vez, REIS FILHO (1999, p. 185) entende que o Ecletismo “oferecia vantagem prática de propor uma conciliação no plano filosófico, político-social e estético”. Essa conciliação também aconteceu no Brasil quando o Ecletismo expressava um gosto estético, associado a um novo modo de morar, em muito determinado pelas ideias sanitaristas, que definia, por exemplo, a necessidade de edificar as casas soltas nos lotes, sem geminar com as vizinhas, a adoção de novas técnicas construtivas e novos hábitos domésticos mais salutareos, o que coincidia com a recente abolição da escravatura e substituição da mão de obra escrava por empregados assalariados, que passavam a ocupar as edículas no fundo do lote.

LEMOS (1996, p. 48) afirma que essa mistura eclética “simbolizava o progresso e a nova visão de conforto”. A opinião de LEMOS assemelha-se com a de SEGAWA (1999) quando este critica as construções ecléticas que importavam mão de obra e até matéria prima para sua execução, caracterizando, portanto, um modismo estranho à cultura local.

Diante deste contexto nacional, o estilo surgiu na Paraíba, segundo SARMENTO (2000), a partir da chegada de arquitetos de outras partes do país e até de outros países e nas obras oficiais feitas por estes, a exemplo do Grupo Escolar Tomas Mindello, localizado na Praça Aristides Lobo, projetado pelo arquiteto italiano Paschoal Fiorillo, em 1916.

Arquitetura Eclética na Paraíba:

Melhoramentos urbanos e novas tipologias habitacionais em áreas de expansão

Até a metade do século XIX, a capital da Paraíba ainda possuía muitos resquícios da organização da cidade colonial de relevo acidentado, como afirmam recentes estudos sobre o período: SARMENTO (2000), VIDAL (2004) e GUEDES (2006) – que definia uma área da Cidade Alta, centro político-administrativo e moradia dos mais abastados, em oposição à Cidade Baixa, área de comércio, transações portuárias e moradia dos trabalhadores.

Esta realidade começou a ser questionada quando da concepção dos primeiros projetos de modernização da cidade, durante o governo de Beaurepaire Rohan, entre 1857 e 1859. Ao fim do governo B. Rohan estavam bem definidos dois eixos de expansão na Capital, Tambiá e Trincheiras, únicos caminhos que a cidade podia seguir por causa das barreiras geográficas para seu crescimento: o Rio Sanhauá a norte e oeste, ao sul o Rio Jaguaribe, e a leste a antiga Lagoa dos Irerês, como afirma SARMENTO (2000). Esses eixos foram sendo consolidados a partir de 1896, em muito influenciado com a introdução do sistema de bonde à tração animal, e neles a elite econômica foi identificando o lugar propício para edificar seus palacetes, expressando uma nova maneira de morar que ansiavam alcançar.

Na virada para o início do século XX, algumas ações modernizantes modificavam a cidade, como a transformação de antigos largos e logradouros em praças públicas, calçamento de vias principais, novos equipamentos públicos higienizadores como mercado e cemitério público, novos edifícios oficiais construídos sob o estilo ainda em voga no final do século XIX, o neoclássico.

A imprensa teve grande importância nas modificações ocorridas nesta época na cidade, exigindo melhorias tanto no espaço urbano quanto na arquitetura. Neste sentido, eram divulgadas nos jornais as ideias higienistas, juntamente com os Códigos de Posturas, que norteavam o modo de edificar as novas habitações. Além disso, novos materiais de

construção possibilitavam construir com soluções até então desconhecidas, ao tempo em que os serviços básicos chegavam à moradia daqueles que podiam pagar pelos mesmos. Em 1910, algumas habitações já possuíam abastecimento d'água e energia elétrica.

Durante a administração de João Machado (1908 – 1912), são fornidos novos melhoramentos em infraestrutura, abastecimento d' água, saneamento e iluminação elétrica. Um dos resultados de seu investimento será a abertura da Avenida João Machado, construída no ponto mais elevado da cidade, "com 22 metros de largura e 1350 metros de extensão, por onde passaria a canalização d'água entre a casa das máquinas e a torre hidráulica, nas Trincheiras, nas proximidades da atual igreja de Lourdes." (SARMENTO, 2000, p. 48). Na avenida foram construídas grandes casas isoladas nos lotes, com jardins frontais e laterais, configurando os palacetes no estilo eclético das famílias abastadas da capital. A Avenida João Machado foi um verdadeiro *boulevard* que revelou à cidade as possibilidades da modernidade e o glamour do ecletismo.

Como afirma GUEDES (2006), até o governo de Walfredo Leal (1905 - 1908) eram pontuais as modificações no espaço urbano, uma vez que a economia algodoeira não podia financiar grandes obras. Mas na administração de João Machado (1908 - 1912) e Camillo de Holanda (1916 - 1920), intercalados pela grande seca de 1915, as melhorias no espaço urbano tornam-se frequentes, devido ao reconhecimento da qualidade do algodão paraibano, que representava mais da metade da receita do Estado na época.

Em 1913, o engenheiro Saturnino de Brito foi convidado pelo governo de Castro Pinto para planejar uma rede de esgotos complementar ao sistema de abastecimento de água inaugurado um ano antes. Ele propôs o saneamento e urbanização da Lagoa dos Irerês e apresentou um projeto para ocupação de uma área, até então desabitada, compreendida entre os bairros de Tambiá e Jaguaribe, propondo um traçado irregular e inovador. Entretanto, por causa da seca de 1915 e quebra na economia algodoeira, os planos de expansão não foram totalizados, exceto por uma via retilínea que ligou os dois bairros em questão, a Avenida Maximiano de Figueiredo, aberta apenas em 1920.

Somente na década de 1930, a Lagoa dos Irerês e seu entorno foram integrados à cidade, como resultado de um projeto de expansão urbana assinado pelo urbanista Nestor de Figueiredo. Denominado a partir de então, como Parque Sólon de Lucena, este será o centro de irradiação do crescimento da cidade, destacando-se as *parkways* arborizadas que caracterizavam o projeto. Uma dessas avenidas arborizadas foi direcionada do Parque Sólon de Lucena até a Praça da Independência, aberta em 1922, e a outra em direção ao Centro Cívico proposto (atual bairro da Torre). O plano de Nestor de Figueiredo era interligar a "cidade existente" e a "cidade futura", como afirma VIDAL (2004).

Como resultado destas intervenções urbanas, o entorno destes eixos de expansão da cidade e dos novos espaços públicos abertos como ícone de modernidade, passaram a ser os locais privilegiados de moradia da burguesia (Imagem 1). Foi lá que investiram em seus suntuosos palacetes cercados de jardins, espacialmente organizados para atender à nova forma de morar ditada pelos códigos de obras, e embelezados com um repertório estético de filiação eclética, seguindo o gosto predominante em todo o Brasil. Hoje, percorrendo as ruas do Tambiá, Trincheiras, João Machado, o entorno da Praça da Independência e outros logradouros da cidade, observamos que estes palacetes permanecem, a narrar a história da cidade das primeiras décadas do século XX e a dita nova forma de morar.

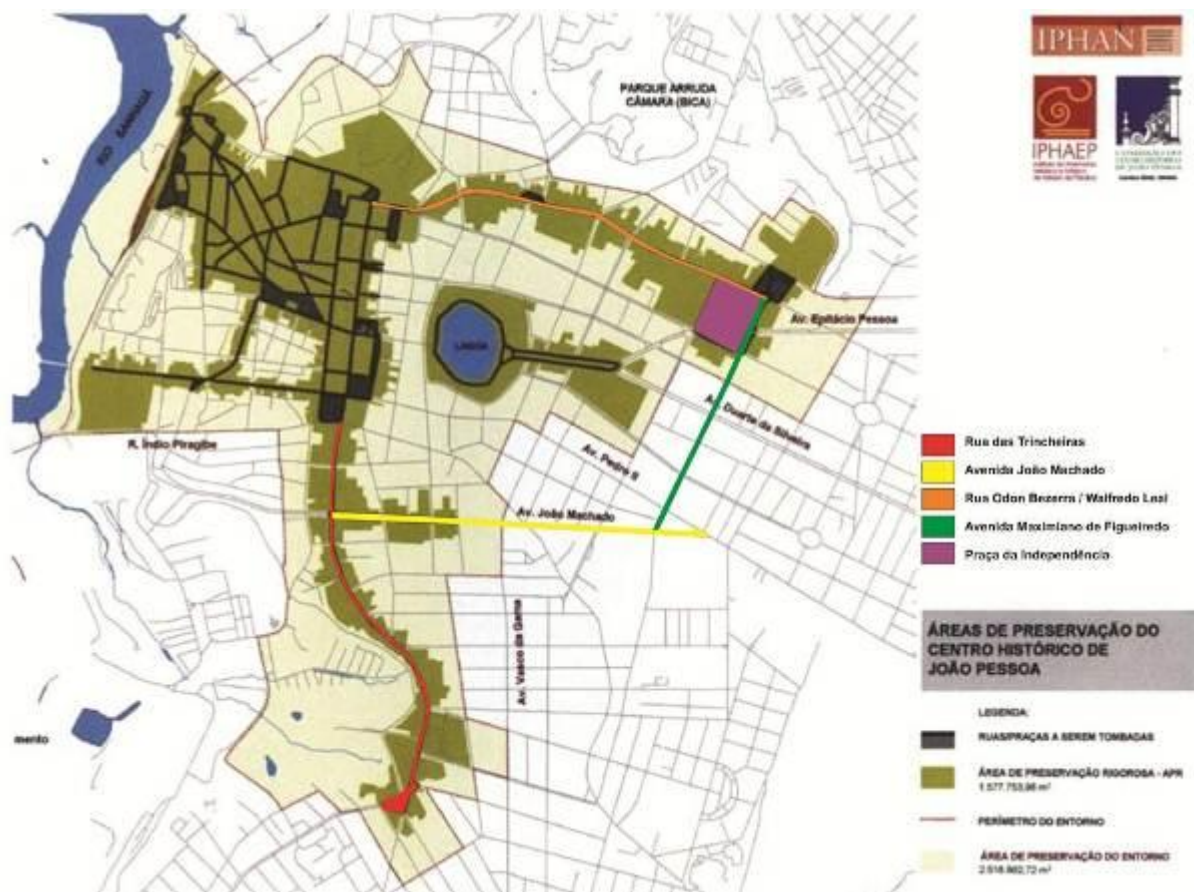


Imagem 1: Mapa de delimitação da Área de Preservação e Entorno do Centro Histórico de João Pessoa, editado pelo grupo. Fonte: IPHAEP

Os palacetes ecléticos da Cidade da Paraíba:

Segundo GUEDES (2006, p. 117), “as residências pertencentes à elite local e aos grandes proprietários do interior seguiam os padrões e estilos já adotados nas principais cidades brasileiras que, por sua vez, seguiam os europeus e norte-americanos. Esse ‘ecletismo estilístico’ era observado na arquitetura, no mobiliário, na decoração dos ambientes e no conforto e salubridade das edificações recém-construídas ou reformadas.”

Por meio de uma ficha síntese (Imagem 2) foram analisadas as edificações, feita para sistematização das informações coletadas, as quais contêm plantas e esquemas de implantação, fotografias do seu estado atual de conservação, descrição de características arquitetônicas relevantes, além de informações sobre clientes, autor e ano do projeto, quando identificados. Entretanto, nem todas as fichas possuem todos os dados por causa da pouca documentação encontrada e/ou negada pelos proprietários. No total foram identificados 23 palacetes ecléticos nas vias em estudo: Avenida João Machado, Rua das Trincheiras, Rua Odon Bezerra e entorno da Praça da Independência – mas apenas vinte possuíam bom estado de conservação e/ou informações suficientes para a análise proposta pela pesquisa, e dentre as vinte, apenas nove fichas foram realizadas, listadas a seguir:



Imagem 2: Ficha de Caracterização do Palacete 515 da Avenida João Machado. Fonte: Acervo Pessoal.

Rua	Imóvel N°	Bairro	Estado De Conservação
João Machado	259	Centro	Bom
João Machado	515	Centro	Bom
João Machado	348	Jaguaribe	Bom
João Machado	276	Jaguaribe	Bom
Odon Bezerra	334	Tambiá	Bom
Praça Da Independência	92	Centro	Em Restauração
Seráfico Nóbrega	85	Jaguaribe	Apenas Exterior
Trincheiras	736	Trincheiras	Bom
Trincheiras	169	Jaguaribe	Em Restauração

Tabela 1: Palacetes fichados a partir da investigação documental e levantamento de dados.

Sobre a implantação no lote, REIS FILHO (1999) exemplifica essa nova forma de organização da moradia, da classe abastada, que se liberta da implantação sobre os limites do lote, embora se mantenha, de certa maneira, ainda presa ao paralelismo da forma do lote, apesar das dimensões por vezes generosa dos mesmos. Os ideais sanitaristas tem forte papel nas decisões sobre recuos laterais, de frente e fundos, número e tamanho das aberturas, relação com o exterior, por meio de terraços, varandas e jardins.

Em 1921, um decreto municipal do governo de Guedes Pereira já afirmava que todos os cômodos deveriam ter abertura para o exterior, independente do seu uso, e que as portas deveriam ter bandeira de ferro com mínimo de 50 cm de altura para aeração do ambiente – Decreto n° 32 de 4 de Janeiro de 1921.

Os palacetes analisados geralmente possuem implantação centralizada e seguindo o referido paralelismo em relação aos lotes. Curioso o caso do palacete 85 da Praça Simeão Leal (Imagem 3) que possui lote irregular com ângulo obtuso definido pelo entroncamento das Ruas Seráfico da Nóbrega e Joaquim Hardmam, e tomando partido disso, a implantação

também é de composição angular. Os acessos de pedestres e automóveis geralmente são pela via principal e alguns exemplares possuem garagem e edícula ao fundo dos seus lotes, porém alguns são construções de épocas mais recentes, e por esse motivo não foram incluídos na análise.

A partir da geometria em planta complexa dos palacetes, as composições volumétricas também serão rearranjadas de maneira a criar movimento entre os volumes das edificações e seus planos de cobertura. Alguns palacetes possuem volumetria partindo de prismas simples, ou por vezes acrescidos de outros volumes que definem uma marcação vertical na fachada principal (é comum esse destaque possuir um novo uso no programa como vestíbulo ou mirante). Também é frequente o terraço coberto e/ou a varanda descoberta, como valorizados espaços de comunicação com o exterior que geram decréscimos volumétricos, tornando a composição dinâmica.

As coberturas são feitas por telhas cerâmicas, na maioria dos casos, com diversos arranjos de planos de cobertura que avançam sobre as paredes externas, caso do palacete 92 da Praça da Independência (Imagem 3), que possui complexo jogo de planos de cobertura interceptados e com beiral. Enquanto o palacete 259 da Av. João Machado (Imagem 3), possui cobertura em quatro águas em cada prisma com calha e platibanda, semelhante à descrição do REIS FILHO (1999, p. 173):

“Para garantir a homogeneidade do conjunto, os telhados passam a ter quatro águas, em lugar de duas, e às vezes, corpos transversais. Com esse recurso, o mesmo acabamento de beiral ou platibanda, utilizado junto à rua, passava a ser empregado em qualquer ponto das laterais, solução eficiente, segundo os objetivos formais da época, uma vez que ambas ficavam sob as vistas de estranhos e visitas.”



Imagem 3: Palacete 85 localizado na Praça Simeão Leal, Palacete 92 na Praça da Independência, Palacete 259 na Avenida João Machado, respectivamente. Fonte: Acervo pessoal.

O programa e distribuição espacial também modernizavam-se por causa da independência entre diferentes zonas, que não obrigavam mais a circulação por entre elas, daí o surgimento do vestíbulo/hall nos programas como descreve LEMOS (1999, p. 14): “A principal característica do palacete eclético era o afastamento, mesmo que parcial, das divisas do lote e do alinhamento da rua. Com isso, poderia ter ar e luz diretos em todos os cômodos. Sua planta distinguia-se pela independência entre as zonas de estar, repouso e serviço da moradia: ia-se de uma a outra sem obrigação de cruzar a terceira.” Em algumas das residências analisadas o vestíbulo da escada separam os setores sociais e de serviço no térreo, e íntimos no pavimento superior. Essa descrição pode ser aplicada aos palacetes 134



Imagem 4: Palacete 134 da Rua das Trincheiras, palacetes 515 e 276 da Av. João Machado, respectivamente. Fonte: Acervo pessoal.

da Rua das Trincheiras, e aos palacetes 515 e 276 da Av. João Machado (Imagem 4), com hall da escada com tratamento monumental.

O programa inclui novos usos da classe abastada da época como distintas salas de estar, espera, visita e de jantar; jardim de inverno, sala de música, mirante, gabinete, engomados, quarto de hóspedes, vestiário. Também surgiram a garagem e dormitório dos empregados, mas estes, em geral, não estavam no corpo principal da casa, mas em construções anexas, então denominadas de edículas. A comunicação com o exterior acontecia pelas varandas cobertas, terraços e alpendres, e foi visto que alguns palacetes ainda usam estes como circulações externas.

Quanto à ornamentação representavam o poder aquisitivo da família proprietária e tinham as mais diversas influências, as linguagens identificadas variam desde frontão com detalhe em alto relevo (palacete 276), torreão, pergolado, colunatas, até trabalhos artísticos no interior das edificações em pinturas, em madeira, vitrais coloridos, gradil em ferro decorado, varandas Art Nouveau.

O palacete 276 da Av. João Machado, por exemplo, teve projeto original feito por um arquiteto francês, a ser edificado na cidade de Recife, e a família agradou-se tanto que pediu para construir um semelhante na capital da Paraíba, na década de 1920. Enquanto o palacete 92 da Praça da Independência, onde residia o Presidente João Pessoa na época da sua morte, possui telhado de inspiração normanda, e ornamentação Art Nouveau nos terraços e esquadrias da fachada principal. Outros dois exemplares não analisados a fundo chamam atenção no contexto onde estão inseridos: o palacete 589 da Av. Walfredo Leal em Tambiá, de forte influência normanda, e o palacete 881 na Rua das Trincheiras, atualmente em ruína, com terraço de entrada marcado por um grande arco de inspiração islâmica, se destaca pela unicidade de tal estilo na região.

De forte verticalidade, o palacete 85 ao final do eixo de expansão das Trincheiras, possui um terraço com colunata “coríntia” na entrada da edificação coberto por uma saleta circular com vitrais, coroado por sua vez, por um torreão cônico. Possui duas colunas “coríntias” internas na ligação entre sala de estar e sala de jantar e nesta, janelas “bow-window” sacando da fachada.

Por vezes, a decoração é evidenciada na fachada, com mais propriedade nos elementos de maior verticalidade, destacando a edificação em meio o contexto urbano em que ela se insere. O alto rigor de detalhes é reconhecido até hoje nas principais vias do início do século XX.

Conclusão

Baseado nas descrições dos principais historiadores da arquitetura residencial brasileira sobre os palacetes ecléticos das principais cidades do início do século XX, foram identificados exemplares locais produzidos à mesma época com fortes semelhanças - complexos jogos volumétricos e de coberta, isolamento da edificação dos limites do lote, novos usos no programa habitacional e amplo vocabulário ornamental - permitidas por meio da mão de obra externa, novos materiais e divulgação destes e dos novos costumes pela imprensa.

O risco de descaracterização e desaparecimento que esses palacetes estão correndo motivou o registro dessa tipologia habitacional que inovou a casa da classe alta algodoeira paraibana surgida nos principais eixos de expansão urbana da época. O desprezo, abandono e alterações sofridas pelos imóveis (que não são reportadas nas instituições de proteção) somados ao alto interesse do mercado imobiliário sobre os lotes onde estão inseridos, causam o desaparecimento gradativo da tipologia. Apesar da perda superior aos imóveis preservados, ainda sobrevivem boas referências, de uso mais apropriado, ou até com mesmo uso residencial, e até com a mesma família!

A falta de dados sobre o objeto de estudo nos órgãos municipais e de proteção ao patrimônio, constatada durante a investigação documental, tornou o edifício a maior fonte de informação. Os registros da situação atual desses edifícios, feitos por meio de fotografias e redesenhos sintetizados nas fichas de caracterização elaboradas, contribuem para preservação das primeiras tentativas dessa nova maneira de morar do século XX, de valor histórico e social, além de arquitetônico.

Bibliografia

- BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- GUEDES, Kaline Abrantes. *O ouro branco abre caminhos: O algodão e a modernização do espaço urbano da Cidade da Parahyba (1950-1924)*. Dissertação (mestrado). Natal, 2006.
- LEMOS, Carlos A. C. *A república ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria Burguesa*. São Paulo: Nobel, 1985.
- LEMOS, Carlos A. C. *História da Casa Brasileira*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1996 (Repensando a história).
- OLIVEIRA, Stephanie Anne Barros de. *Biblioteca Especializada*. Dissertação (Graduação). João Pessoa, 1997.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.
- SARMENTO, Christiane Finizola. *Sob o signo da modernidade: arquitetura oficial na Parahyba, 1910-1924*. Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UFPB. João Pessoa, 2000.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

VIDAL, WylInna Carlos Lima. *Transformações urbanas: a modernização da capital paraibana e o desenho da cidade, 1910 -1940*. Dissertação (Mestrado). João Pessoa, 2004.